

Análise da competitividade internacional do petróleo brasileiro e venezuelano destinado a China

Analysis of the international competitiveness of Brazilian and Venezuelan oil sent to China

Victor Henrique Lana Pinto^a

Nathany Ohana Ribeiro Teodoro^b

Resumo: Este artigo investiga a competitividade do petróleo brasileiro e venezuelano destinado a China entre 2007 e 2017. Para isso, utilizou-se o Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Coeficiente de Dependência de Importações (CDI). O IVCR mostrou que as exportações venezuelanas de petróleo foram mais competitivas que as brasileiras. O IOR indicou que as exportações de petróleo brasileiras foram mais orientadas para a China do que as Venezuelanas. O CDI demonstrou que as importações chinesas de petróleo da Venezuela tiveram maior impacto sobre seu PIB do que as importações chinesas de petróleo brasileiro.

Palavras-chave: Comércio internacional; Competitividade; Brasil; Venezuela; Petróleo.
Classificação JEL: F13; Q27.

Abstract: This paper investigates the competitiveness of Brazilian and Venezuelan oil sent to China between 2007 and 2017. For this, the indicator of Revealed Comparative Advantages (IVCR), the Regional Orientation Index (IOR) and the Import Dependence Coefficient (CDI) were used. The IVCR showed that the Venezuelan exports of oil were more competitive than the Brazilian ones. The IOR indicated that the Brazilian exports of oil were more focused on China than the Venezuelan exports of oil. The CDI demonstrated that Chinese imports of oil from Venezuela had a greater impact on its GDP than the Chinese imports of Brazilian oil.

Keywords: International trade; competitiveness; Brazil; Venezuela, Oil.
JEL Classification: F13; Q27.

^a Economista. Mestre e doutorando em Economia Aplicada no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: victor.h.lana@ufv.br

^b Administradora, graduada pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. E-mail: nathany.teodoro@ufv.br

1. Introdução

As mudanças enfrentadas pelo comércio internacional no decorrer do tempo permitem que se conheça e melhor discuta a competitividade entre as nações. Conforme dados do World Integrated Trade Solutions – WITS (2019), países como o Brasil e a Venezuela se sobressaem no contexto comercial internacional no que tange suas respectivas capacidades de resposta à demanda chinesa por petróleo. O desempenho exportador desses países, por exemplo, pode impactar positivamente seus níveis de renda e culminar em melhor uso de seus fatores produtivos. Dessa forma, este trabalho buscou analisar a competitividade do comércio internacional de petróleo brasileiro e venezuelano enviados a China entre os anos de 2007 e 2017.

Notadamente, a China tem se tornado destaque no mercado internacional ao longo dos anos devido ao seu desenvolvimento rápido e contínuo. Este crescimento, juntamente com suas grandes reservas internacionais, gera volume de comércio que a posiciona como uma das economias mais importantes do mundo. Além do mais, a China se destaca como um grande mercado importador. Em 2016, por exemplo, o país foi a segunda maior economia em volume de importação, atingindo aproximadamente 1,58 trilhões de dólares ou 10,14% das importações mundiais (WITS, 2019).

Dentre os três principais produtos importados pela China destaca-se o petróleo (WITS, 2019). Em 2017, do total importado pelo país, aproximadamente 164 bilhões eram óleo bruto de petróleo, o que representa 9% das suas importações totais (UN COMTRADE, 2019). Devido à necessidade de consumo do bem em questão, a China vem buscando diferentes parceiros comerciais e dentre esses, destacam-se o Brasil e a Venezuela.

As relações comerciais brasileiras e venezuelanas vêm se estreitando com parceiros chineses ao longo dos anos. No ano de 2017, por exemplo, o Brasil exportou 48 bilhões de dólares para a China, dos quais 7,4 bilhões de dólares foram petróleo. Este valor representa 15% do total exportado, caracterizando o petróleo como um dos principais produtos exportados pelo Brasil ao mercado chinês. No mesmo período, a Venezuela exportou um total de 7,2 bilhões de dólares para a China, dos quais 6,6 bilhões de dólares foram oriundos do petróleo, representando uma margem expressiva de 92% (UN COMTRADE, 2019). Ou seja, quase a totalidade das exportações venezuelanas destinadas a China são compostas por petróleo.

Desde 2009, a China é o principal parceiro no comércio internacional brasileiro e o Brasil também se tornou um parceiro relevante para a China possivelmente devido à sua extensão territorial e abundância de recursos naturais, como o petróleo. Em 2017, o Brasil ocupava a 16^o posição no ranking mundial dos principais países exportadores da commodity petróleo e era o sétimo país que mais exportava o recurso para o mercado chinês (UN COMTRADE, 2019). Com 12,6 bilhões de barris em 2019, o Brasil se destaca em reservas de petróleo, e de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2019), o país poderá vir a se tornar um dos líderes mundiais da produção do bem em questão na próxima década.

A Venezuela é um país que também pode ser considerado um parceiro estratégico para a China, em razão de custos relativos mais baixos e acordos comerciais favoráveis (MOREIRA, 2012). No ranking mundial de exportação de petróleo em 2017, o país ocupava a 11ª posição, sendo um dos principais exportadores mundiais de petróleo e era também o nono país que mais exportava petróleo para a China. Além disso, a Venezuela é um dos maiores possuidores de reservas petrolíferas mundiais, com 300,9 bilhões de barris, o que representa 17,6% do total da reserva mundial (ANP, 2019).

O petróleo representa uma commodity que tem ganhado importância nas pautas de importação e exportação de diferentes países. O comércio desse bem se dá, em sua maioria, pelas características desse produto: um recurso natural esgotável e não abundante nas mais diversas regiões do globo, o que limita a extração e consumo em muitos países. Além do mais, o petróleo vem conquistando espaço no comércio mundial devido às (transformações) variações que oferece em subprodutos como: gasolina, plástico, medicamentos, cosméticos, corantes etc. (PEREIRA, 2008).

Mediante o exposto, observada a crescente participação do petróleo no cenário comercial mundial e a proeminência de países exportadores deste bem como o Brasil e a Venezuela, aprofundar a investigação de potenciais propulsores do comércio exterior para importantes mercados e produtos torna-se oportuno. Assim, este estudo avaliou a competitividade do mercado internacional de petróleo brasileiro e venezuelano para a China no período de 2007 a 2017. Especificamente, o trabalho identificou se o Brasil e a Venezuela possuem vantagem comparativa na exportação de petróleo; analisou a tendência do Brasil e da Venezuela em exportar petróleo para a China; e mensurou a participação das importações chinesas de petróleo oriundo do Brasil e da Venezuela sobre PIB chinês.

Este estudo fornece à literatura de comércio internacional uma investigação acerca do perfil comercial de petróleo brasileiro e venezuelano no período recente. Além disso, os resultados alcançados por meio deste trabalho têm o potencial de prover um panorama das relações comerciais entre os países envolvidos e, conseqüentemente, a formulação de políticas comerciais mais alinhadas às necessidades das economias.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, considerando essa introdução. A seção seguinte apresenta o referencial teórico. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Na quarta seção, ocorre a análise e discussão de resultados. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões deste estudo.

2. Referencial teórico

Em razão do aumento vigoroso do processo de globalização e da expansão comercial no final dos anos 1980, a discussão sobre a influência do mercado internacional no crescimento econômico ficou intensa. Logo, concluiu-se que o comércio externo pode ser um grande fator para uma economia (SILVA, 2014), devido ao fato da globalização ser um processo pelo qual os países podem produzir, distribuir e transacionar seus bens e serviços mundialmente (MORINI, 2008).

Outro aspecto relevante ao comércio internacional é o fato de nenhum país ser capaz de produzir tudo o que sua população precisa. Neste caso, muitos países se aprimoram em atividades específicas visando gerar produtos e serviços melhores e assim vendê-los no comércio externo. O ato de comercializar é praticado pelo ser humano desde o início da sociedade. Sendo assim, é pertinente entender o começo e a evolução do comércio internacional a fim de entender o impacto econômico, cultural e social nas nações (TRIPOLI; PRATES, 2016).

A partir dos estudos da ciência econômica, o mercado internacional é visto como uma maneira em que os países possam utilizar de forma mais eficaz e eficiente seus recursos. Desta forma, é indispensável ao analisar o comércio internacional que se considere quais fatores determinam a troca de bens e serviços entre quaisquer nações. Alguns desses fatores que podem levar essas nações a comercializarem entre si são: os custos de importar e exportar e suas respectivas quantidades, políticas, acordos comerciais, econômicos etc. (CASSANO, 2002).

Como uma maneira de melhor entender e explicar os determinantes do comércio internacional, ganham destaque consecutivamente, em 1776 e 1817, dois autores que desenvolveram modelos base para as teorias de comércio internacional. Adam Smith com a teoria clássica que trata das vantagens absolutas e David Ricardo com a teoria neoclássica para falar a respeito das vantagens comparativas como uma forma de estender e aperfeiçoar a teoria de Adam Smith (MOREIRA, 2012).

As teorias clássicas de comércio exterior levam em consideração a relatividade dos fatores de produção de uma determinada nação que pode determinar o fluxo de comércio. Adam Smith, em sua obra “A Riqueza das Nações” de 1776, introduz o conceito de vantagem absoluta. Ele evidenciou que os países costumam exportar os bens em que possuem vantagens na produção em razão da sua abundância dos elementos usados na fabricação do bem. Um país poderia então se concentrar na exportação de produtos em que fosse considerado produtor mais eficiente e na importação de produtos cujos custos de produção fossem superiores aos dos outros países. Desta forma, haveria aumento do bem-estar e da riqueza das nações por meio do incremento da produção e troca entre elas (OLIVEIRA, 2007).

O conceito das vantagens comparativas foi primeiramente mencionado por David Ricardo em seu livro “Princípio de Economia Política e Tributação”, lançado em 1817. O autor criou essa teoria para explicar conceitos comerciais e econômicos sobre o mercado internacional entre dois países, analisando estrutura, custos de produção e fatores de produção. Mais diretamente, o modelo buscava identificar as vantagens e desvantagens que os países têm na fabricação de um dado bem (BADO, 2004). Esta análise se difere da teoria de Smith, que considerava somente as diferenças absolutas de produtividade e assim excluía nações que não possuíam nenhuma vantagem absoluta. Segundo Ricardo (1982), uma nação que tivesse desvantagem absoluta na fabricação de algum produto ainda poderia comercializá-lo com outra nação, contanto que se especializasse no produto com menor custo relativo, gerando benefícios para ambos (FRANK et al., 2015).

A maioria das teorias sobre comércio internacional possuem como base o princípio da vantagem comparativa. Este princípio considera que as diferenças entre custos relativos dos países têm como resultado as trocas internacionais de bens, focando o comércio pelo lado da oferta. Desta forma, os produtos que um país tem vantagem comparativa são os mais propícios a serem exportados (GONÇALVES, 2005). O modelo desenvolvido por Ricardo considera que o comércio exterior se deve às diferenças internacionais na produtividade relativa do trabalho (FAVARETTO et al., 2019). Entretanto, os economistas Eli Heckscher e Bertil Ohlin sugerem que o comércio acontece a partir dos diferenciais das dotações dos fatores de produção entre as nações, incorporando novas variáveis, como terra e capital. Esse modelo ficou conhecido como teoria de Heckscher-Ohlin, ou teoria das proporções dos fatores.

Assim, segundo a teoria introduzida por Heckscher e Ohlin, Gonçalves (2005) ressalta que esse modelo reflete o fato de que um dado país tende a exportar bens que usam quantidades relativamente mais altas de seus fatores de produção mais abundantes. Contrariamente, os países tenderão a importar aqueles bens que usam de forma intensiva os fatores de produção que para eles são mais raros. Essa prática tem o potencial de beneficiar a produção eficiente e propiciar produtos com preços mais baixos (FRANK et al., 2015).

As hipóteses formuladas por Heckscher-Ohlin tiveram e ainda têm grande influência sobre os modelos mais recentes do comércio exterior. Estes, no entanto, vêm buscando incorporar a intensificação do processo de globalização às teorias clássicas com o objetivo de melhor explicar as novas dotações do comércio internacional. Dentre eles, destacam-se a Teoria de Linder, o Ciclo do Produto, desenvolvido por Vernon, e o Modelo de Defasagem Tecnológica, postulado por Posner.

A trajetória das relações de comércio entre as economias mostra que o grau de competitividade pode ser apontado como uma possível explicação ao padrão de comércio. As mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 80 propiciaram uma visão mais generalista acerca da competitividade e permitiram a percepção de que não só a dotação relativa dos fatores produtivos, mas também outras variáveis como o câmbio, os custos e a produtividade afetam o comércio externo e a competitividade das economias.

3. Procedimentos metodológicos

A metodologia do trabalho se baseia no cálculo de indicadores amplamente utilizados nos trabalhos relacionados ao comércio internacional (ALMEIDA et al., 2007; BALASSA, 1965; CATTELAN et al., 2017; LOPES et al., 2013; YEATS, 1997). Mais especificamente, o presente trabalho utilizou-se do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Coeficiente de Dependência das Importações (CDI). Esta seção está subdividida em quatro subseções. A primeira delas apresenta o IVCR e sua metodologia de cálculo. A segunda expande o conceito do IOR, e a terceira exhibe a mensuração do CDI. Por fim, a última subseção mostra a fonte dos dados utilizados neste trabalho.

3.1. Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

Com o intuito de identificar se o Brasil e a Venezuela possuem vantagem comparativa na exportação de petróleo, esta subseção apresenta o IVCR. Este índice, usado por Fernandes e Vieira Filho (2000) e Haddad (2003) e desenvolvido por Balassa (1965), permite conhecer quais são os produtos, serviços ou setores de um determinado país que possuem alguma vantagem competitiva em relação a outro que produz o mesmo bem. O IVCR considera que a eficiência produtiva relativa de uma nação ou região pode ser identificada pelo seu desempenho no comércio internacional (FONSECA, 2002).

O IVCR relaciona as exportações do país *i* e do produto *j* com as exportações totais do país *i*. Em seguida, o índice compara este quociente à participação das exportações mundiais do produto *j* em relação às exportações mundiais totais, sendo definido pela equação:

$$IVCR_{ij} = \frac{X_{ij}/X_i}{X_{wj}/X_w} \quad (1)$$

Em que:

X_{ij} : representa as exportações do país *i* (Brasil/Venezuela) e do produto *j* (petróleo);

X_i : representa o total das exportações do país *i* (Brasil/Venezuela);

X_{wj} : representa as exportações mundiais *w* do produto *j* (petróleo);

X_w : representa o total das exportações mundiais *w*.

Quando o IVCR varia entre 1 e infinito, isso revela que o país possui vantagem comparativa nas exportações do produto *i*, uma vez que quanto maior o índice, mais se evidencia vantagem. Caso o IVCR varie entre 0 e 1, o país possui desvantagem comparativa. Por fim, se o IVCR igualar à unidade, evidencia-se que existe uma igualdade entre as economias. Os dados deste índice fundamentam-se depois da consumação do comércio e não se considera elementos que possam interferir na economia, como subsídios ou restrições.

3.2. Índice de Orientação Regional (IOR)

Para avaliar a tendência do Brasil e da Venezuela em exportar petróleo para a China, esta seção apresenta o IOR. Criado por Yeats (1997), o IOR é útil por apontar a tendência que uma economia tem a exportar um determinado bem a um país ou bloco comercial. Mais especificamente, buscou-se avaliar uma possível tendência que o Brasil e a Venezuela possam ter em exportar petróleo para o mercado chinês. O cálculo deste índice permite investigar as possíveis mudanças na orientação regional do comércio, além de possibilitar uma comparação entre os anos analisados (YEATS, 1997).

O IOR é determinado por vários fatores que podem orientar o comércio de uma determinada região, sejam eles vantagens comparativas, custos de transporte ou barreiras

ao comércio (FRANCK et al., 2015). O índice de orientação regional pode ser expresso da seguinte forma:

$$IOR = \frac{X_{ijC}/X_{iC}}{X_{ijE}/X_{iE}} \quad (2)$$

Em que:

X_{ijC} : representa as exportações do país i (Brasil/Venezuela) e do produto j (petróleo) para a China;

X_{iC} : representa o total das exportações do país i (Brasil/Venezuela) para a China;

X_{ijE} : representa as exportações do país i (Brasil/Venezuela) e do produto j (petróleo) para extra-China;

X_{iE} : representa o total das exportações do país i (Brasil/Venezuela) para extra-China.

O índice pode variar entre 0 e ∞ ($0 \leq IOR \leq \infty$). Valores mais próximos da unidade indicam a mesma tendência em exportar o produto j para a região em questão, no caso para a China e para extra-China. Conforme o valor cresce, é possível perceber uma maior orientação das exportações brasileiras ou venezuelanas de petróleo para a China.

3.3. Coeficiente de Dependência das Importações (CDI)

Com o intuito de mensurar a participação das importações chinesas de petróleo oriundas do Brasil e da Venezuela sobre produto interno bruto da China, apresenta-se o CDI. Este índice proposto por Herrero (2001) e usado por Franck et al. (2015) e Lopes et al. (2013) expressa a contribuição das importações de um país sobre seu produto interno bruto (PIB). Sua utilização possibilita mensurar a participação que as importações chinesas de petróleo brasileiro e venezuelano têm sobre o PIB da China. A equação é expressa por:

$$CDI = M_{Cji} / PIB_C \quad (3)$$

Onde:

M_{Cji} : representa as importações chinesas do produto j (petróleo) oriundas do país i (Brasil/Venezuela);

PIB_C : representa o produto interno bruto da China.

Os resultados obtidos a partir do cálculo do CDI indicam o quanto as importações chinesas de petróleo oriundas do Brasil e da Venezuela representam no PIB do mercado de destino, a China. Valores mais elevados para este índice indicam maior dependência das importações dentro da economia sob análise.

3.4. Fonte dos dados

Para avaliar o desempenho das exportações brasileiras e venezuelanas de petróleo entre 2007 e 2017, este trabalho utilizou os dados disponibilizados na United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN COMTRADE), onde extraiu-se informações a

respeito das exportações brasileiras, venezuelanas e mundiais de petróleo, bem como os dados referentes as importações chinesas desta commodity.

A identificação do produto investigado segue o Sistema Harmonizado (SH), desagregado a 4 dígitos, com código 2709 (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos). Os dados referentes ao PIB da China entre 2007 e 2017 foram extraídos do Banco Mundial.

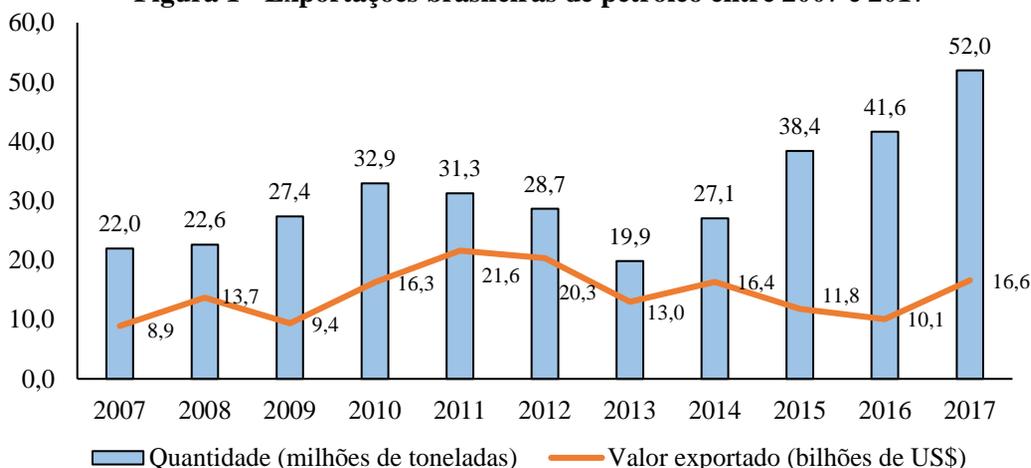
4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Panorama comercial do petróleo brasileiro

Em 2017, o Brasil era o 22º maior exportador mundial (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – OEC, 2017) com receita de 217 bilhões de dólares (UN COMTRADE, 2020). No mercado internacional de petróleo, o Brasil ocupa a décima posição com produção equivalente a 2.734 barris/dia (INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO – IBP, 2017).

Na Figura 1 é possível perceber o desempenho das exportações brasileiras de petróleo em quantidade e valor exportado. No ano de 2017, foram exportadas mais de 51 milhões de toneladas de petróleo, cuja receita foi de 16,63 bilhões de dólares, representando 7,63% das suas exportações totais.

Figura 1 - Exportações brasileiras de petróleo entre 2007 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (2020).

Apesar da maior quantidade em toneladas exportadas de petróleo ter acontecido em 2017, este não foi o ano mais rentável no período observado. Os 16,63 bilhões de dólares de receitas em 2017 representam uma queda aproximada de 23% em relação aos 21,60

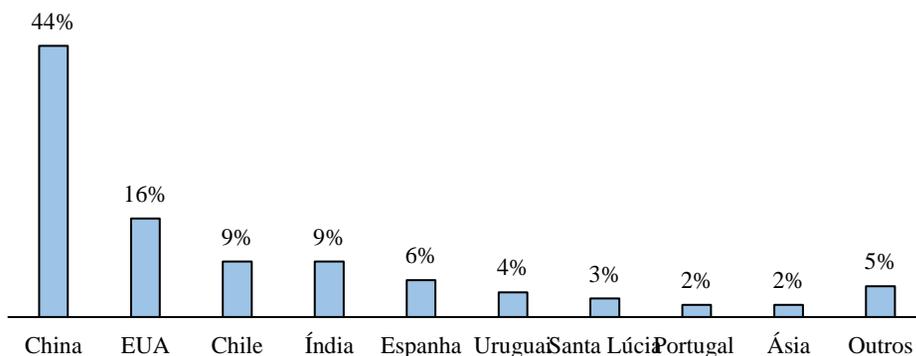
bilhões de dólares exportados em 2011, ano responsável pela maior receita (FIGURA 1). No entanto, em comparação às toneladas exportadas, o ano de 2017 representa aumento de 66,25% em relação ao ano de 2011.

Um dos fatores que provavelmente fizeram 2011 ser o ano com maior receita foi a alta no preço do barril, que ultrapassou o patamar dos 100 dólares. Esse número foi atingido devido à instabilidade política em países estratégicos exportadores de petróleo e à demanda crescente de países em desenvolvimento. A partir do ano de 2014, a queda no preço do barril chegou a cair aos 50 dólares, com o desequilíbrio entre a oferta e a demanda e o com o acirramento da concorrência mundial.

Analisando a Figura 1 percebe-se duas tendências distintas entre os dois indicadores de exportação brasileira de petróleo no período de 2007 até 2017. Quanto à quantidade exportada, existem três momentos bem definidos: de 2007 até 2010 houve acréscimo de 49,88%; entre 2010 e 2013 aconteceu o oposto, queda de 39,72%, já entre 2013 e 2017 o Brasil voltou a recuperar o crescimento nas exportações, com aumento expressivo de 161,81%, sendo 2017 o ano de pico da quantidade exportada. Entretanto, com o indicador de receita, existe uma oscilação maior neste período: entre 2007 e 2008 aconteceu aumento de 53,53%; entre 2008 e 2009, queda de 31,65%; entre 2009 e 2011 houve acréscimo significativo de 131%, onde 2011 foi o ano responsável pelo pico das receitas; entre 2011 e 2013 o gráfico decresceu 40%; de 2013 até 2014 voltou a crescer 26,23%; entre 2014 e 2016 a queda foi de 38,44% e entre 2016 e 2017 as receitas subiram 65,14%.

De acordo com a Figura 2 é possível perceber as principais localidades para onde o Brasil exportou seu petróleo. Seus três maiores parceiros comerciais foram, China com 22 milhões de toneladas que correspondem a 44% do total de petróleo brasileiro exportado no período de 2017, acompanhado por EUA e Chile, com 8 e 4 milhões de toneladas, respectivamente, o que representa 16% e 9% do total exportado da commodity no ano de 2017.

Figura 2 - Principais destinos das exportações de petróleo brasileiro em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (2020).

Nos últimos anos, as transações bilaterais entre o Brasil e a China desenvolveram-se de um modo bastante expressivo para ambos os países. Entre 2007 e 2017, as exportações brasileiras para a China tiveram uma média de crescimento de 18,6% ao longo dos onze anos, sendo que de 2007 para 2017 houve aumento notável de mais de 300% nas exportações brasileiras para a China, o que evidencia a considerável participação chinesa na balança comercial brasileira.

No decorrer dos anos, com o processo de industrialização, a China teve sua demanda por importação alavancada. Importar mercadorias de outros países tornou-se uma atividade essencial para a manutenção do país e sua expansão econômica, uma vez que ela não consegue produzir tudo que sua população precisa. Dentre os produtos mais importados pela China, estão equipamentos mecânicos e produtivos, soja e como destaca este estudo, o petróleo.

No que tange as exportações brasileiras para a China, a Tabela 1 exhibe o ranking dos dez principais produtos comercializados pelo país destinados ao mercado chinês em 2017.

Tabela 1 - Ranking dos dez produtos brasileiros mais exportados para a China e sua participação na receita total de exportação em 2017

Ranking	SH*	Descrição do Produto	Participação
1°	1201	Soja	42,4%
2°	2601	Minério de Ferro	22,2%
3°	2709	Petróleo Bruto	15,4%
4°	4703	Pasta Química de Madeira ao Sulfato	4,52%
5°	0202	Carne Bovina Congelada	1,93%
6°	0207	Carne de Aves	1,59%
7°	7202	Ferro-ligas	1,19%
8°	4104	Couro de Equino e Bovino Curtido	1,1%
9°	8802	Avião, helicóptero e veículos espaciais	0,87%
10°	2401	Tabaco Cru	0,57%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do OEC (2017)

Nota: *Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias desagregado a 4 dígitos.

Nota-se que cerca de 79% destes bens representam matérias-primas, sendo elas, nomeadamente, a soja, o minério de ferro e o petróleo. É interessante destacar que na Tabela 1 estão os dez produtos brasileiros mais exportados para a China. Estes, no entanto,

expressam um valor superior a 90% da pauta exportadora brasileira para a China em 2017 evidenciando que estes produtos têm alta relevância à economia do país.

A Tabela 2 demonstra os dez produtos brasileiros mais exportados para o mundo no ano de 2017. Os números indicam traços do perfil da exportação brasileira com domínio de participação de três itens que também se destacaram nas exportações do Brasil a China. Dentre os três primeiros produtos, encontra-se óleo de petróleo bruto ou minerais betuminosos com uma participação na pauta exportadora total brasileira de 7,94%. A análise dos fluxos de exportação mostrados na Tabela 2 deixam ainda mais evidente a boa performance do petróleo na balança comercial brasileira ao destacar que, em 2017, a exportação de petróleo gerou uma receita de aproximadamente de 16 bilhões de dólares.

Tabela 2 - Ranking dos dez produtos brasileiros mais exportados para o mundo e sua participação na receita total de exportação em 2017

Ranking	SH*	Descrição do Produto	Participação
1°	1201	Soja	11,8%
2°	2601	Minério de Ferro	9,2%
3°	2709	Petróleo bruto	7,94%
4°	1701	Açúcar Cru	5,19%
5°	8703	Carros	3,1%
6°	0207	Carne de Aves	3,02%
7°	4703	Pasta Química de Madeira ao Sulfato	3%
8°	2304	Farelo de Soja	2,3%
9°	0901	Café	2,22%
10°	1005	Milho	2,14%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do OEC (2017)

Nota: *Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias desagregado a 4 dígitos.

A Tabela 2 permite também ressaltar que a soma da participação na pauta exportadora total brasileira desses dez produtos brasileiros soma quase 50% do total que o Brasil exporta para o mundo. Esta proporção é menor em relação àquela notada na Tabela 1, porém não menos relevante por se tratar dos fluxos brasileiros destinados a um número muito mais elevado de mercados.

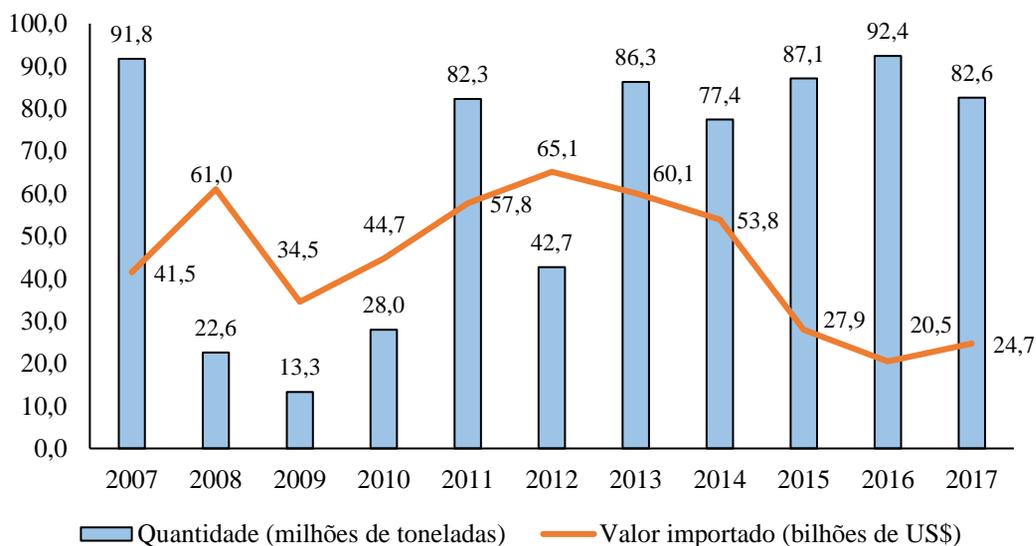
4.2. Comércio internacional do petróleo venezuelano

Ao analisar a participação do petróleo na economia da Venezuela é notável sua relevância e domínio, uma vez que o país é possuidor de uma das maiores reservas petrolíferas do mundo. De acordo com Zavala (2001), a importância do petróleo na economia venezuelana aconteceu por volta de 1927, momento a partir do qual as exportações de petróleo e seus subprodutos excederam de forma inédita as exportações de produtos agrícolas naquele país. Seu destaque ocorreu sete anos após o início da sua extração e desde então a economia venezuelana é majoritariamente dependente do comércio internacional do petróleo. São aproximadamente 300 bilhões de barris de petróleo em reservas, o que representa 17,5% do petróleo mundial.

A Figura 3 destaca a performance em quantidades (toneladas) e receita (dólares) das importações mundiais de petróleo venezuelano. Como bem se observa as importações tiveram seu ápice de receita adquirida em dois momentos: 2008 e 2012, embora em quantidade esses momentos não tenham se destacado.

Nota-se na Figura 3 que, em 2017, a Venezuela exportou mais de 82 milhões de toneladas de petróleo, o que rendeu uma receita de aproximadamente 24 bilhões de dólares ao país. Ressalta-se que o PIB venezuelano superior a 287 bilhões de dólares é considerado o quarto da América Latina de acordo com Delgado et al. (2017).

Figura 3 - Importações mundiais de petróleo oriundo da Venezuela entre 2007 e 2017

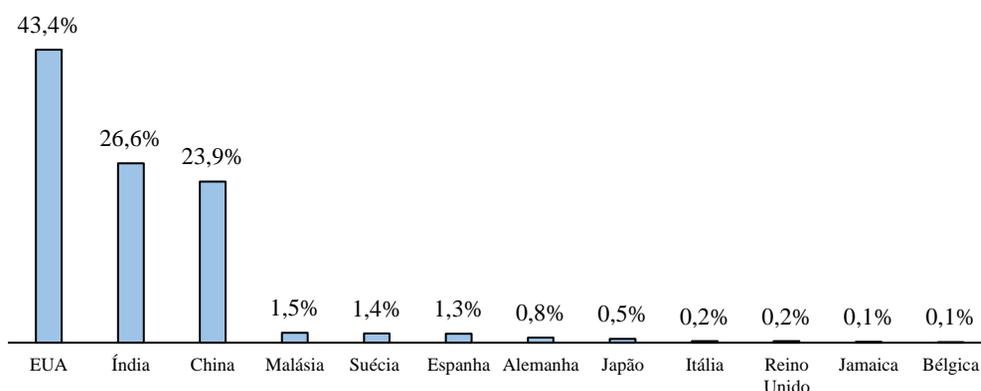


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (2020).

Também é possível notar na Figura 3 que a partir de 2014 houve redução da receita oriunda do petróleo, o que pode estar associado ao fato que, neste ano, houve a queda no preço internacional do petróleo. Essa queda mundial pode ter sido ocasionada pela recusa da Arábia Saudita e Irã em reduzirem suas produções mundiais ao mesmo tempo que a economia chinesa sofria uma desaceleração. Nessa fase a Venezuela recebia menos por seu principal produto e também produzia menos por seus elevados custos de extração (DELGADO et al., 2017).

A Figura 4 mostra os principais destinos das exportações de petróleo venezuelano bem como as parcelas dessa commodity enviada à cada um destes destinos no ano de 2017.

Figura 4 - Principais destinos do Petróleo Venezuelano em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade (2020).

A Figura 4 mostra que mais de 60% da receita do petróleo venezuelano provém de países extrarregionais como Estados Unidos e China, cada um com participação de 43,43% e 26,60%, respectivamente. É interessante analisar as relações internacionais entre a Venezuela e os EUA e entre a Venezuela e a China para buscar um entendimento mais analítico do porquê mesmo com toda a relação comercial existente entre Venezuela e China, a maior parte da receita de petróleo é oriunda dos EUA, conforme Figura 4.

A China segue sendo o segundo importador mundial de petróleo e sua relação com a Venezuela ganhou força por meio de acordos e favores políticos quando a Venezuela entrou em um mar de endividamento, iniciado em 2013 e intensificado no governo do presidente Maduro em 2015 pela queda dos preços de petróleo. De acordo com o El País (2017), a aliança entre a Venezuela e a China é pautada em empréstimos chineses oriundos do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), acordos políticos e investimentos.

Desta maneira, a Venezuela pode estar fazendo uso do comércio de petróleo para atenuar sua posição de credora com a China. Essa situação faz com que embora exista um grande volume de petróleo venezuelano importado pela China, não há geração de receita

propriamente dita. Assim, a receita resultante do comércio dessa commodity é provavelmente proveniente, em grande parte, do petróleo que é vendido para os EUA.

A Tabela 3 mostra os dez produtos venezuelanos mais exportados para a China. Nota-se que assim como os números do Brasil, indicados na Tabela 1, o petróleo bruto ocupa um lugar de destaca. No entanto, no caso venezuelano, essa representatividade é ainda mais acentuada. A commodity configura o primeiro lugar com 91,1% de participação, seguido por minério de ferro e petróleo refinado com 4,09% e 2,68%, consecutivamente. As três commodities somadas totalizam mais de 95% da participação sobre todos os itens que a Venezuela exporta para a China.

Tabela 3 - Ranking dos dez produtos venezuelanos mais exportados para a China e sua participação na receita total de exportação em 2017

Ranking	SH*	Descrição do Produto	Participação
1°	2709	Petróleo Bruto	91,1%
2°	2601	Minério de Ferro	4,09%
3°	2710	Petróleo Refinado	2,68%
4°	2905	Álcoois Acíclicos	1,47%
5°	7404	Sucata de Cobre	0,47%
6°	4104	Couro de Equino e Bovino Curtido	0,056%
7°	4407	Madeira Serrada	0,041%
8°	3920	Folha de Plástico Cru	0,036%
9°	3915	Sucata de Plástico	0,023%
10°	7403	Cobre Refinado	0,016%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do OEC (2017)

Nota: *Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias desagregado a 4 dígitos.

Adicionalmente, a Tabela 4 exibe os dez produtos venezuelanos mais exportados para o mundo no ano de 2017. Nota-se que 79,8% das exportações venezuelanas no ano foram de petróleo bruto, seguido por petróleo refinado e álcoois acíclicos com 10,3% e 1,64%, respectivamente. Destaca-se que os dez produtos descritos na Tabela 4 somam cerca de 100% de tudo que o país exporta para o mundo. E os três primeiros itens somam 91,4%, tendo o petróleo bruto a maior participação nesta margem, o que mostra a concentração da pauta exportadora venezuelana.

Tabela 4 - Ranking com os dez produtos venezuelanos mais exportados para o mundo e sua participação na receita total de exportação em 2017

Ranking	SH*	Descrição do Produto	Participação
1°	2709	Petróleo Bruto	79,8%
2°	2710	Petróleo Refinado	10,3%
3°	2905	Álcoois Acíclicos	1,64%
4°	7203	Reduções de Ferro	1,10%
5°	2601	Minério de Ferro	1,01%
6°	7601	Alumínio Cru	0,88%
7°	2713	Coque de Petróleo	0,83%
8°	3102	Fertilizantes Nitrogenados	0,59%
9°	0306	Crustáceos	0,34%
10°	2814	Amônia	0,22%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do OEC (2017)

Nota: *Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias desagregado a 4 dígitos.

4.3. Análise dos indicadores de competitividade

Essa seção apresenta os resultados obtidos a partir dos cálculos dos três indicadores de competitividade do comércio internacional: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) que apresenta as vantagens comparativas reveladas das exportações brasileiras de petróleo e das importações chinesas de petróleo venezuelano, Índice de Orientação Regional (IOR) para mostrar o quanto o petróleo brasileiro e venezuelano está orientado para a China e o Coeficiente de Dependência das Importações (CDI) para mensurar as participações chinesas de petróleo oriundos do Brasil e da Venezuela sobre o PIB chinês.

4.3.1. Índice de Vantagem Comparativa Revelada

A Tabela 5 apresenta os resultados obtidos por meio dos cálculos efetuados para o Índice de Vantagem Comparativa Revelada, para que seja possível conhecer a vantagem competitiva do Brasil e da Venezuela que produzem o mesmo bem, o petróleo. Vale ressaltar que o IVCR varia entre 1 e infinito e valores maiores que 1 indicam que o Brasil/Venezuela possuem vantagem comparativa nas exportações de petróleo, caso o índice oscile em valores menores que 1, possuirão desvantagem comparativa e caso o IVCR se iguale a 1, fica evidente que os países brasileiro e venezuelano possuem economias equiparadas.

Tabela 5 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada das exportações brasileiras e venezuelanas de petróleo entre 2007 e 2017

Anos	IVCR Brasil	IVCR Venezuela
2007	0,86	10,22
2008	0,87	8,74
2009	0,98	10,89
2010	1,09	9,67
2011	0,99	8,31
2012	1,04	9,47
2013	0,66	9,44
2014	1,04	10,83
2015	1,57	18,61
2016	1,45	18,59
2017	2,30	23,17

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Valores ajustados em duas casas decimais.

Ao analisar o cenário do IVCR brasileiro, é possível perceber que houve ao longo da década expansão com breves oscilações, com taxa média de crescimento de 1,16% no decorrer dos anos. No ano de 2012 para 2013 houve a queda mais expressiva do período, cerca de 37%. Em 2017, o IVCR do Brasil se destacou sendo o maior do período. O resultado encontrado para o ano registrou a maior taxa de crescimento em relação ao ano anterior, 58,5%. Ao comparar os anos de 2014 e 2017, percebe-se que o Brasil obteve crescimento do índice de vantagem comparativa nas exportações de petróleo. Isso pode ser melhor observado ao analisar os números apresentados na Tabela 5 para os respectivos anos. Mais claramente, em 2014, o IVCR apresentou valor igual a 1,04 e em 2017 o índice atingiu a marca de 2,30.

Mesmo com pequenas oscilações, o Brasil apresentou desvantagem comparativa revelada nos anos de 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012 quando seus índices foram inferiores à unidade. No entanto, observa-se também que entre 2007 e 2012, mesmo nos anos em que o IVCR apresentou valores inferiores a um, estes estavam muito próximos da unidade. Essa percepção sugere que os fluxos de exportações estavam muito próximos de caracterizarem a vantagem comparativa brasileira no comércio da commodity em questão. Os resultados para o IVCR brasileiro na Tabela 5 que sugerem a desvantagem comparativa revelada podem estar atrelados à crise do subprime¹ no fim do ano de 2008. A crise americana

¹ A crise do subprime foi uma crise econômico-financeira iniciada nos Estados Unidos em meados de 2008 quando o índice Dow Jones caiu em razão ao risco iminente de empréstimos hipotecários.

acabou por afetar os preços de exportação do petróleo brasileiro podendo justificar as oscilações do IVCR no período.

No ano de 2013, observa-se queda expressiva do IVCR brasileiro. Esse comportamento do índice pode ter sido desencadeado em razão de redução nas exportações brasileiras no ano. Tal redução está atrelada à diminuição na produção da commodity também observada em 2013.

O IVCR venezuelano apresenta resultados mais satisfatórios, que demonstram que a Venezuela possui no período analisado maior vantagem comparativa revelada na exportação de petróleo em relação ao Brasil. Os resultados apresentaram oscilações leves entre os anos de 2007 a 2014, períodos nos quais o índice mesmo com pequenas variações se manteve maior que um. Entre 2007 e 2017, o IVCR para a Venezuela apresentou taxa média de crescimento de 9,96%. Suas maiores quedas foram nos períodos de 2007 para 2008, redução de 14,50%. Essa queda acentuada de acordo com Fligenspan et al. (2015) estaria atrelada ao fato de que nessa época commodities estavam sendo afetadas pela crise financeira global de 2008.

Em 2008, os preços do petróleo no mercado se esvaíram e sofreram este impacto durante a passagem da crise. 2010 e 2011 também foram períodos seguidos por quedas, logo após uma margem de crescimento de 24,62% de 2008 para 2009. Essas quedas consecutivas para Monaldi (2015) e Santos (2016) são consequências de baixos investimentos em infraestrutura e diminuição de organizações que prestavam serviços em exploração e produção de petróleo.

Os anos que apresentaram o melhor desempenho do índice foram 2015 e 2017, com média de crescimento do primeiro para o segundo ano de 32,13%. Em 2015, o IVCR venezuelano foi de 50,59 e no ano de 2017, 58,52. De 2014 para 2015 houve margem de crescimento nitidamente significativa de 71,89%. De acordo com Santos (2016), a Venezuela investiu na contratação de mais trabalhadores para a Petróleos de Venezuela SA, empresa estatal responsável por explorar, produzir, refinar e comercializar o petróleo do país. A consequência desse aumento de trabalhadores foi a maior produção do produto, atingindo 1,3 milhões de barris ao dia de acordo com o Ministério de Petróleo e Minaria (2015).

De acordo com os dados da Tabela 5 é possível observar que o IVCR que apresentou melhor performance no período analisado foi o venezuelano, mesmo marcado por quedas o índice se manteve em todo período maior que 1 e maior que o IVCR brasileiro. O IVCR brasileiro apresentou valores mais baixos e em alguns períodos até valores menores que 1. Assim, pode-se perceber por meio do IVCR brasileiro e venezuelano que a Venezuela possui maior vantagem comparativa revelada na exportação de petróleo em relação ao Brasil.

4.3.2. Índice de Orientação Regional

Os resultados sintetizados nessa subseção apresentam o Índice de Orientação Regional para o Brasil e para a Venezuela. Este índice permite conhecer as possíveis causas

e modificações na orientação desses comércios no tempo. Valores mais próximos de 1 indicam a mesma tendência em exportar petróleo para a região em questão, no caso para a China e para extra-China. Conforme o valor cresce, é possível perceber uma maior orientação das exportações brasileiras e/ou venezuelanas de petróleo para a China.

Tabela 6 - Índice de Orientação Regional do petróleo brasileiro e venezuelano entre 2007 e 2017

Anos	IOR Brasil	IOR Venezuela
2007	1,45	0,64
2008	1,56	0,79
2009	1,04	0,66
2010	1,84	0,72
2011	1,34	0,86
2012	1,53	0,94
2013	1,92	1,01
2014	1,22	0,97
2015	2,37	1,00
2016	2,71	1,23
2017	2,84	1,24

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Valores ajustados em duas casas decimais.

Inicialmente, ao analisar a Tabela 6 e comparar os resultados do IOR brasileiro e venezuelano, percebe-se que o IOR do Brasil apresentou valores mais elevados em relação àqueles encontrados para a Venezuela. Desta forma, verifica-se que em relação a Venezuela as exportações brasileiras de petróleo são mais orientadas para o mercado chinês na medida que o IOR se apresenta crescente.

Entre os anos de 2007 e 2017, o IOR brasileiro também foi marcado por oscilações, mas se destaca nos três últimos anos quando foi marcado por um período de crescimento. Sua maior taxa foi 93% de 2014 para 2015. Em outras palavras, nesse período o comércio brasileiro de petróleo tornou-se mais orientado a China. Segundo Pautasso e Oliveira (2008), a produção de petróleo na China foi incapaz de acompanhar seu consumo demasiado do recurso e isso resultou em crescimento acentuado de importações chinesas de petróleo, o que pode subsidiar os resultados reportados na Tabela 6 para o IOR do Brasil nos três últimos anos.

Hiratuka e Sarti (2009) também falam sobre como o Brasil se sobressaiu com o aumento da necessidade chinesa por produtos não só agrícolas, mas também minerais, o

que proporciona ao Brasil relações comerciais favoráveis de preço e quantidade com a China. Durante os anos de 2008 a 2009, 2010 a 2011 e 2013 a 2014, nota-se que houve quedas entre um ano e outro. Assim, observa-se que a tendência do Brasil foi de exportar, nesses períodos, quantidades superiores à extra-China, ou seja para outros parceiros comerciais diferentes da China.

Nos anos de 2010 a 2013 o IOR venezuelano apresentou crescimento, em outras palavras, aumento da orientação das suas exportações de petróleo para a China, até que de 2013 para 2014 houve leve queda. Para Arêas (2008), neste período, a Venezuela passava por uma transição presidencial. O falecimento de Hugo Chaves, em 2013, a chegada do governo Maduro promoveu redução dos investimentos no país ao mesmo tempo, ampliava de forma vigorosa e incisiva o controle das reservas petrolíferas. Este cenário pode ter contribuído para que o preço do petróleo venezuelano declinasse junto com sua produção, uma vez que o país produzia menos e provavelmente exportava menos, corroborando os resultados para o IOR venezuelano apresentados na Tabela 6.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, o IOR venezuelano apresentou crescimento, e segundo Schuster (2018), pode estar atrelado ao fato de que a Venezuela decorrente da sua administração com ações econômicas e políticas controversas apresenta elevado grau de endividado com a China e a Rússia. De modo, o país pode estar fazendo uso do petróleo para saldar suas dívidas, o que atrela o fato do índice ter crescido nos últimos três anos com a evidência que suas exportações petrolíferas aumentaram para a China.

4.3.3. Coeficiente de Dependência das Importações

Essa seção demonstra os resultados alcançados a partir do Coeficiente de Dependência das Importações a fim de mensurar a participação das importações chinesas de petróleo brasileiro e venezuelano sobre o PIB chinês. Os resultados obtidos por meio do cálculo do CDI, reportados na Tabela 7, indicam o quanto as importações chinesas de petróleo oriundas do Brasil e da Venezuela representam no PIB do mercado de destino, a China. Valores mais elevados para este índice indicam maior dependência das importações dentro da economia sob análise.

Os valores encontrados tanto para o CDI brasileiro quanto para o CDI venezuelano resultam em números muito pequenos, próximos de zero. Esse resultado não surpreende ao se considerar o tamanho da economia chinesa em proporção à quantidade de suas importações da commodity sob investigação, o petróleo. A China no decorrer dos anos foi se consagrando no comércio internacional enquanto um dos países com maiores taxas de crescimento do mundo. Somado a isso, em 2017 por exemplo, a população da China superava 1,3 bilhões de pessoas, categorizando o país como o mais populoso do mundo e a segunda maior economia mundial.

Tabela 7 - Coeficiente de Dependência das Importações chinesas oriundas do Brasil e da Venezuela entre 2007 e 2017

Anos	CDI Brasil	CDI Venezuela
2007	0,00003	0,00004
2008	0,00004	0,00008
2009	0,00003	0,00004
2010	0,00007	0,00006
2011	0,00006	0,00001
2012	0,00005	0,00010
2013	0,00004	0,00011
2014	0,00005	0,00008
2015	0,00005	0,00005
2016	0,00005	0,00004
2017	0,00006	0,00005

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Valores ajustados em cinco casas decimais.

O PIB chinês, em 2017, foi 12,14 trilhões de dólares, enquanto seu valor importado de petróleo brasileiro e venezuelano foi de 9,17 e 6,56 bilhões de dólares, respectivamente. Assim, nota-se que o elevado PIB chinês acaba por entregar para o CDI (brasileiro e venezuelano) valores próximos da nulidade.

As importações chinesas de petróleo brasileiro em 2017 também apresentaram taxa de crescimento de 52% em relação ao ano de 2016, enquanto as importações chinesas do petróleo oriundo da Venezuela aumentaram aproximadamente 43,13%.

Os valores apontados na Tabela 7 apontam, também, algumas implicações interessantes. Apesar do CDI brasileiro e venezuelano apresentarem valores demasiadamente baixos, nota-se que no caso brasileiro o índice praticamente dobrou entre os anos inicial e final. Já no caso venezuelano, o índice se mostrou mais estável, com algumas oscilações crescentes nos anos de 2012, 2013 e 2014, sugerindo leve aumento na dependência das importações chinesas em direção ao petróleo da Venezuela.

As maiores quedas do CDI brasileiro ocorreram no ano de 2008 para 2009, queda de 23,13%, e de 2012 para 2013, queda de 27,02%, quando as importações chinesas de petróleo brasileiro diminuíram, o que fez com sua participação no PIB da China também caísse. No CDI venezuelano os destaques para os declínios são também para o período entre os anos de 2008 e 2009 e do ano de 2014 para 2015.

Essas quedas, para ambos os países, no período de 2008 para 2009 em concordância com Fligenspan et al. (2015) estão possivelmente relacionadas com a conjuntura econômica crítica que o mundo vivia decorrente da crise financeira de 2008. O cenário economicamente desfavorável foi responsável por quedas de preço em muitas

commodities, entre elas o petróleo, o que causou receitas menores de importações de petróleo brasileiro e venezuelano.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo colocar em debate a competitividade do petróleo brasileiro e venezuelano destinado a China no período entre 2007 e 2017. Para isso, utilizou-se neste estudo indicadores de competitividade do comércio internacional, sendo eles o IVCR, o IOR e o CDI.

Para o IVCR brasileiro notou-se que seu cenário foi marcado por crescimento e quedas, em que na metade do período esteve em desvantagem comparativa relevada. Em contrapartida, a Venezuela apresentou algumas variações no IVCR, porém majoritariamente superior a unidade, indicando vantagem comparativa em todos os anos da análise. Os resultados para IVCR apontam que a Venezuela possui a vantagem comparativa de petróleo no período analisado. Assim, imagina-se que tal percepção se justifica pelo fato do país ser bastante dependente do petróleo para o exercício de suas atividades econômicas, o que permite que ele se especialize na comercialização deste produto.

A respeito do IOR para a China, entre 2007 e 2017, o ano de destaque para os índices brasileiro e venezuelano foi o ano de 2017, em que ambos os países apresentaram o maior índice do período, 2,84 e 1,24, consecutivamente. Imagina-se que isso se deve à incapacidade de produção petrolífera chinesa em acompanhar seu consumo desmedido de petróleo, o que ocasionou nível crescente de importações chinesas de petróleo. O IOR brasileiro e venezuelano apresentou seu pior desempenho em 2009, com valores de 1,04 e 0,66, respectivamente. Isso ocorreu, possivelmente, devido ao fato das exportações deste período terem sido afetadas pela crise financeira global iniciado em meados de 2008 nos EUA.

No decorrer do período analisado, ao comparar o IOR brasileiro ao IOR venezuelano, evidencia-se que o Brasil apresentou valores superiores e por isso conclui-se que em comparação a Venezuela, as exportações brasileiras de petróleo são mais orientadas ao mercado chinês do que as venezuelanas. Ressalta-se que, embora o IOR da Venezuela tenha crescido de maneira inferior ao do Brasil, o índice apresentou crescimento nos últimos três anos analisados.

Para o CDI de petróleo brasileiro e venezuelano, nota-se que as oscilações do coeficiente foram alinhadas aos fluxos das importações chinesas. Além disso, os resultados obtidos para este índice não surpreendem quando se analisa os dados do PIB chinês por toda a série de tempo. Estes dados evidenciam que o elevado nível de produto da economia chinesa faz com que o quociente do CDI apresente valores baixos.

Os picos do CDI brasileiro se deram nos anos de 2010, 2011 e 2017 e do CDI venezuelano em 2012 e 2013. Essas variações podem significar que neste período as importações chinesas de petróleo oriundos destes países tiveram uma participação mais relevante. De fato, o Brasil se sobressaiu com o aumento da necessidade da China por

produtos minerais, como o petróleo. A consequência desta demanda crescente pode ter culminado em um maior volume de importação do produto, o que oferece suporte para o coeficiente ter apresentado crescimento no período.

O crescimento do CDI venezuelano esteve à frente do brasileiro em alguns anos. Nestes anos, conclui-se que o valor de importações de petróleo venezuelano foi maior do que o valor importado de petróleo brasileiro pela China, motivo que pode ser justificado pelo fato da China ser o maior credor da Venezuela.

Os resultados encontrados neste estudo demonstram os níveis de competitividade do comércio internacional de petróleo brasileiro e venezuelano enviados a China. Em termos de implicações políticas para esses exportadores, percebe-se que potenciais ganhos de competitividade poderiam ser atingidos a partir da oferta de petróleo a preços mais competitivos. No entanto, no caso brasileiro, por exemplo, as elevadas taxas cobradas por órgãos anuentes e os elevados custos de transporte interno podem representar empecilhos significativos aos ganhos de competitividade. Já no caso venezuelano, a instabilidade política e, conseqüentemente, econômica do país pode produzir efeitos adversos sobre seu comércio externo e dificultar a observância de níveis de competitividade mais altos.

Este trabalho enfrentou limitações associadas aos dados das exportações venezuelanas de petróleo destinadas a China. O problema foi contornado obtendo as informações reportadas pela China a respeito de suas importações petrolíferas originadas na Venezuela. Outro entrave à pesquisa encontra-se nas limitações dos indicadores de competitividade. Acredita-se que os fluxos de comércio (exportações e importações) são capazes de capturar o quão competitivo as economias são. No entanto, sabe-se que mudanças nas relações diplomáticas, barreiras não-tarifárias e até mesmo acordos políticos entre os países podem afetar o comércio e não serem perfeitamente capturados pelos indicadores utilizados.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível:2017. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Rio de Janeiro: ANP, 2018. p.27-40.

ALMEIDA, E.; LIMA, P. S.; SILVA, L. M.; MAYORGA, R. D.; LIMA, F. Competitividade das exportações mundiais de plantas vivas e produtos de floricultura. *Análise Econômica*, v. 25, n. 47, p.189-212, 2007. <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10903>

ARÊAS, G. O petróleo da Venezuela ou a Venezuela do petróleo: história da dependência político-econômica. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 61. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas).

BADO, A. L. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. v.3, n.5. p.5-20, 2004.

BALASSA, B. Trade liberalisation and “Revealed” comparative advantage. **The Manchester School**, v. 23, n. 2, 0.99-123, 1965. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1965.tb00050.x>

BANCO MUNDIAL. Countries and Economies. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/>. Acesso em outubro de 2019

CASSANO, F. A. A teoria econômica e o comércio internacional. **Pesquisa & Debate**, v.13, n. 1(21), p. 112-128, 2002.

CATTELAN, V. D.; CORONEL, D. A.; FILHO, P. J. M.; VIEIRA, K. M. Análise da competitividade das exportações brasileiras da indústria automobilística. **Revista UNIABEU**. v.10, n. 26, 2017.

DELGADO, F. Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. São Paulo: FGV Sinergia, dezembro, 2017.

FAVARETTO, L.; FAVARETTO, J.; GELATTI, E.; CORONEL, D. A. Competitividade das exportações brasileiras de carne suína (1999-2017). **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 7, n. 14, p. 155-169, 2018. <https://doi.org/10.30681/ruc.v7i14.3288>

FERNANDES, C. L. L.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Especialização e competitividade de Minas Gerais no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período de 1992 a 1999. In: IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Resumo. CEDEPLAR. Diamantina, 2000. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/CANDIDO.PDF>> Acesso em: 1 nov. 2019.

FLIGENSPAN, F. B.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C; LIMA, M. G. As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market-share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 2, p. 41-56. 2015

FONSECA, R. Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo. In: O desafio das exportações. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 505-537p. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2064/1/Livro%20completo_O%20desafio%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es_P.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

FRANCK, A. G. S.; CORONEL, D. A.; SILVA, M. L.; SILVA, R. A. Competitividade das exportações australianas e brasileiras de minério de ferro para a China (1999-2014). **Revista NECAT**, v. 4, n. 8, p.28-43, 2015.

GONÇALVES, R. Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HADDAD, P. R. Tendências recentes do comércio internacional e suas implicações para a economia de Minas. Belo Horizonte: Cadernos BDMG, p. 4-63, fevereiro, 2003.

HERRERO, Lobejón. El Comercio Internacional. Madrid, AKAL, 2001.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Ameaça das Exportações Chinesas nos Principais Mercados de Exportações de Manufaturados do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2009. São Paulo. Resumo. UNICAMP: São Paulo, p.1-23, 2009.

LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; FREITAS, C. A. Análise da competitividade das exportações agrícolas brasileiras para a China: uma análise do complexo soja e fumo. **Revista UNIABEU**, v. 6, n. 13, p. 189-208, 2013.

MONALDI, F. The impact of the decline in oil prices on the economics, politics and oil industry of Venezuela. Columbia: Center on Global Energy Policy, 2015.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, v.32, n. 2, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004>

MORINI, C. Negócios Internacionais. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

OEC - THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Pesquisa econômica - dados estatísticos. Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: Set./2019.

OLIVEIRA, I. T. M. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias de comércio internacional. **Revista Urutágua**, n.11, p.1-18, 2007

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto Internacional**, v.30, n.2, p. 361-397, 2008.

PEREIRA, E. M. O Ouro Negro - Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. *Outros Tempos*, v. 5, n. 6, dezembro, p. 54-72, 2008.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. Tradução Sandroni, P. H. R. São Paulo: Victor Civita, 1982.

SCHUSTER, K. Petróleo é bênção e maldição para Venezuela. DW Made for Minds, 20/05/2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/petr%C3%B3leo-%C3%A9-b%C3%AAn%C3%A7%C3%A3o-e-maldi%C3%A7%C3%A3o-para-venezuela/a-38492277>>. Acesso em julho de 2020.

TRIPOLI, A. C. K.; PRATES, R. C. Comércio internacional: teoria e prática. Curitiba: InterSaber. 2016.

UN COMTRADE. Dados estatísticos. Disponível em: <https://comtrade.un.org/db/>. Acesso em: Junho de 2020.

WITS-WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. Dados de importação. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/>. Acesso em julho de 2020.

YEATS, A. Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? World Bank, n. 1729. Washington: World Bank, fevereiro, 1997

ZAVALA, D. F. M. Lo bueno y lo malo del petróleo en el siglo XX. In: *Sembrando el petróleo: 100 años de historia* Caracas: Fundación Venezuela Positiva, 2001